



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E A BARREIRA IDEOLÓGICA

João Paulo de Almeida Magalhães *

INTRODUÇÃO

Há hoje reconhecimento generalizado que existe entre o mundo desenvolvido e a América Latina relacionamento assimétrico, do qual resultam graves prejuízos para esta última. Uma das tentativas de explicação desse fato é encontrada na chamada Teoria da Dependência e, mais recentemente, ele foi sublinhado por H.J. Chang professor da Universidade de Cambridge, no seu livro “Kicking Away the Ladder”.

No presente texto se mostrará que, contrariamente ao sucedido no passado, as políticas econômicas responsáveis por esses prejuízos são voluntariamente adotadas pelos latino-americanos. E isso ocorre por estarem convencidos de que agem de acordo com seus interesses. Estamos, em última análise, diante das conseqüências do que chamaremos de barreira ideológica cujas origens e desdobramentos serão examinados abaixo.

A solução que se propõe para o problema depende de iniciativas que transcendem a área puramente técnica. Por esse motivo a argumentação desenvolvida no presente texto é colocada em termos acessíveis a não-especialistas.

EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

1) Até 1945 os países desenvolvidos conseguiam a submissão dos subdesenvolvidos aos seus interesses econômicos através de toda sorte de pressões. Boa parte da Ásia e África achava-se submetida ao pacto colonial, que impedia políticas autônomas de desenvolvimento. Países como China e Japão, que escaparam ao regime colonial, tiveram



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

suas economias abertas por pressão militar. Na independente América Latina, diferentes tipos de instrumentos foram utilizados. No Brasil, cobrando a cobertura naval oferecida à transferência para a Colônia da família real portuguesa e o reconhecimento da independência do Brasil, a Inglaterra impôs ao país, durante toda a primeira metade do século XIX, tarifa aduaneira de apenas 15% sobre produtos ingleses importados. Impedindo, assim, a adoção de medidas protecionistas capazes de viabilizar atividade manufatureira. E seria necessário lembrar a invasão do México, pelos “marines” americanos, para cobrar dívida do país com o setor petrolífero?

Após a Segunda Guerra Mundial, desapareceram as condições que possibilitavam o uso desse tipo de instrumento. Ele foi substituído pela barreira ideológica. Ou seja, através de argumentos pseudo-científicos, as economias retardatárias foram convencidos a adotar os comportamentos desejados pelos desenvolvidos e contrários aos seus interesses. É desnecessário sublinhar a extrema gravidade desse fato. Pressões como as exercidas até 1945 podiam ser, de uma forma ou outra, objeto de resistência. No caso da barreira ideológica, isso não acontece porque suas vítimas estão convencidas de estarem agindo conforme seus melhores interesses.

A imposição da barreira ideológica foi facilitada pelo fato de as economias subdesenvolvidas não criarem, salvo raras exceções, paradigmas científicos¹, com base nos quais são definidas as políticas econômicas a serem adotadas, mas os importarem do Primeiro Mundo. No que se refere às ciências naturais, isso não tem maior importância. Técnicas ou medicamentos novos são igualmente válidos em todo mundo. Nas ciências sociais e, sobretudo na Economia, as coisas são diferentes, dado que paradigmas importados freqüentemente não se ajustam à realidade dos subdesenvolvidos ou contêm a defesa disfarçada de interesses dos países de seus autores.

¹ Paradigma no presente texto é entendido no sentido de Kuhn como teoria básica que tende a orientar toda atividade de um dado ramo científico



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ

E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

2) Aspecto a ser sublinhado é que a barreira ideológica só teve plena eficácia a partir da segunda metade dos 1970s. Isso porque, até então, os especialistas em Economia do Desenvolvimento (dois dos quais laureados pelo Prêmio Nobel, Arthur Lewis e Gunnar Myrdal), embora oriundos de economias maduras, assumiram a defesa dos países subdesenvolvidos. Seus trabalhos mostravam a especificidade do crescimento retardatário, com conseqüente reconhecimento da necessidade de ação sistemática do Estado, da aceitabilidade de medidas protecionistas e assim por diante. Acontece que, após período de otimismo quanto à viabilidade da eliminação do atraso econômico em escala planetária, os países desenvolvidos perceberam o ônus, para eles, da generalização das políticas de desenvolvimento, em termos de possível elevação dos preços dos recursos naturais não renováveis e da necessidade de investimentos para controlar a poluição ambiental. Em função disso, diminuíram os “grants”, que financiavam as pesquisas sobre o atraso econômico², com o conseqüente declínio da Economia do Desenvolvimento.

Os próprios países subdesenvolvidos deveriam ter assumido a definição dos seus interesses, tomando a si a tarefa de definir e justificar tecnicamente as políticas de eliminação do atraso econômico. Como isso não aconteceu, implantou-se o chamado “pensamento único” ganhando plena eficácia a barreira ideológica.

A barreira ideológica opera de quatro formas principais: (a) mediante o estabelecimento de regras do jogo econômico favoráveis aos desenvolvidos; (b) através da pseudo-refutação ou substituição de paradigmas econômicos favoráveis ao desenvolvimento; (c) pelo abandono ou marginalização de paradigmas favoráveis aos subdesenvolvidos e (d) pelo uso de paradigmas, ou encorajamento de políticas econômicas, desajustados da realidade das economias retardatárias.

² A Economia do Desenvolvimento, no sentido de criação ou retomada da análise de paradigmas ajustados à realidade dos subdesenvolvidos, registrou recentemente débil recuperação sem que, todavia se possa esperar dela desempenho igual ao anteriormente registrado.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

REGRAS DO JOGO DESFAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO

A primeira e mais nociva manifestação da barreira ideológica se acha na imposição da teoria neoclássica, e de sua vertente doutrinária neoliberal, como bases para a definição das políticas econômicas a serem implementadas pelas economias retardatárias. Esse foi o instrumento que bloqueou o desenvolvimento da América Latina durante 25 anos.

O neoliberalismo vai se impor como pensamento único desde o início dos 1980s. Abriram caminho para tanto, seja o declínio da Economia do Desenvolvimento, sejam as dificuldades e colapso final, da experiência socialista. Interpretado este, como comprovação definitiva das conseqüências negativas da ação do Estado na economia.

Dentro da visão neoliberal o livre funcionamento dos mecanismos do mercado garantiria resultados econômicos ótimos. Políticas e estratégias de desenvolvimento seriam não apenas desnecessárias como altamente prejudiciais. Não existiriam, a rigor, países subdesenvolvidos, mas apenas economias atrasadas. Situação esta resultante, ou de não haver transcorrido tempo suficiente para que houvessem chegado ao pleno desenvolvimento, ou de terem lançado mão de políticas econômicas erradas.

O Consenso de Washington, promulgado em 1990, tornou -se a cartilha a ser seguida. Seu receituário, largamente ignorado pelos países asiáticos, foi unanimemente aceito em toda a América Latina. Ele pode ser resumido nos seguintes preceitos básicos: (a) privatização e desregulamentação da economia; (b) irrestrita abertura aos capitais e mercadorias estrangeiros e (c) abstenção do Estado, restringindo-se o papel do Governo à garantia dos equilíbrios fundamentais; cambial, monetário e fiscal, dado que, tudo isso feito, o desenvolvimento se seguiria automaticamente, pela simples ação das forças do mercado.

Ponto final a ser assinalado é o seguinte. No passado o objetivo dos países industrializados era manter a especialização agrícola das economias retardatárias. Presentemente, o que se tenta é impedir que a economia desses países vá além da produção de “commodities”



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

industriais, como; aço, papel e celulose, derivados do petróleo e outros bens com elevado conteúdo de recursos naturais, baixo valor adicionado por trabalhador e mercado em lento crescimento. Ou seja, capazes, quando muito, de proporcionar semi-desenvolvimento aos países neles especializados.

A barreira ideológica, resultante da aceitação voluntária e generalizada na América Latina do neoliberalismo, deu cobertura às exigências dos organismos internacionais controlados pelos países desenvolvidos. O FMI e o Banco Mundial condicionavam seus empréstimos à aceitação das normas do Consenso de Washington. O FMI, criado para resolver dificuldades cambiais de curto prazo, assumiu, na prática, a função de orientador das políticas econômicas em países subdesenvolvidos, ao condicionar seu apoio à aceitação do receituário neoliberal. Como a obediência a tal injunção não resultava em retomada do desenvolvimento capaz de permitir o reembolso dos empréstimos, o FMI se via forçado a novos financiamentos. Apoio que dificilmente poderia recusar a países que obedeciam religiosamente ao seu aconselhamento. Com isso, passou a comandar a política econômica de países como a Argentina e Brasil, que chegaram a se tornar seus maiores devedores. E registraram total fracasso em suas políticas econômicas.

O GATT regulava apenas a política econômica externa dos seus associados. A OMC, que o substituiu, alegando que políticas internas se refletiam no comércio exterior, passou a interferir também nelas. O relatório da UNCTAD de 2006 (Overview) descreve da seguinte forma os resultados negativos da atuação da OMC: “As regras e compromissos com a OMC tornaram muito mais difícil para os países em desenvolvimento combinar a orientação para fora com o tipo de instrumentos de política que as atuais economias maduras e os países de industrialização retardatária empregaram para a diversificação econômica e aperfeiçoamento tecnológico” (pg 24). Acham-se nesse caso a proibição de regras e medidas como as do estabelecimento de quotas mínimas para insumos nacionais, a exigência de níveis de desempenho do investidor estrangeiro, a concessão de subsídios, o condicionamento de importações ao nível das exportações etc.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

A negociação em igualdade de condições entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no âmbito da OMC, encorajou, além disso, a especialização dos subdesenvolvidos em “commodities”. Exemplo dessa situação é a proposta atualmente em discussão na Rodada de Doha de países, como o Brasil, trocarem a abertura às importações agrícolas dos Estados Unidos e União Européia por concessões nos setores industriais e de serviços.

Da mesma forma a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, patrocinada pelos Estados Unidos, se aprovada, terá como inevitável consequência o desaparecimento, nos países da América Latina, dos setores industriais de maior refinamento e elevado valor adicionado por trabalhador. Ou seja, a industrialização da área não poderia ir além do setor de “commodities”.

Em suma, essa primeira modalidade de barreira ideológica alcançou amplo sucesso na América Latina que não consegue, desde 1980, elevação anual do PIB muito acima de 2%. Taxa muito inferior à que obtivera anteriormente através de políticas ativas de desenvolvimento e igualmente muito menores que as registradas nos países asiáticos que ignoraram o Consenso de Washington.

PSEUDO-REFUTAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE PARADIGMAS FAVORÁVES AOS SUBDESENVOLVIDOS

Na presente seção começaremos por denunciar a pseudo-refutação da teoria protecionista de Prebisch para mostrar, em seguida, como se propôs, erradamente, substituir medidas protecionistas pelo ataque ao custo-país.

Apesar dos países subdesenvolvidos serem usualmente aplicadores e não criadores de ciência, em certos momentos críticos, contribuições importantes foram de autoria de seus economistas. Exemplo disso é a teoria protecionista de Raul Prebisch, cujo objetivo era dar cobertura científica à industrialização da América Latina.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

A defesa da indústria nascente já havia sido feita por List. Sua teoria justificou a política protecionista dos países da segunda onda de industrialização, Alemanha e Estados Unidos. O protecionismo defendido por List era, todavia, de caráter limitado. Tinha como objetivo defender a política econômica de países cuja industrialização se fazia com somente cinquenta anos de atraso em relação às nações pioneiras no setor. Segundo ele, as medidas protecionistas deveriam ser fundamentalmente educativas, no sentido de durar apenas o tempo necessário para as empresas manufatureiras adquirirem competitividade internacional. A par disso, deveriam somente ser protegidos setores com real capacidade de alcançar esse resultado, dentro de prazo razoável.

A teoria de Prebisch, destinada a dar cobertura ao protecionismo de países que se industrializavam com 150 anos de atraso, deveria obviamente ser mais abrangente. Segundo ela, a proteção poderia ser permanente e abranger mesmo setores incapazes de algum dia chegarem a níveis internacionais de produtividade. Por pressão da barreira ideológica a contribuição de Prebisch foi deixada de lado sem que jamais houvesse sido efetivamente refutada.

Segundo Prebisch, o crescimento econômico resultava do constante aumento da produtividade por trabalhador, viabilizada por fluxo constante de inovações técnicas. Sucede, dizia ele, que a produtividade cresce mais rapidamente na indústria do que na agricultura. Isso não prejudicaria os países agrícolas, se todo aumento de produtividade resultasse em baixa proporcional de preços. Nesse caso, os termos de troca melhorariam constantemente para os países agrícolas.

Com base nas estatísticas disponíveis, Prebisch sustentou que sucedia exatamente o oposto: os termos de troca dos países agrícolas se deterioravam sistematicamente. Diante disso, a única forma desses países se beneficiarem do aumento da produtividade no setor manufatureiro seria, eles mesmos, se industrializarem. Em sua análise, contrariamente à de List, inexistia qualquer restrição temporal ou setorial ao protecionismo.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

No caso em exame, a barreira ideológica tomou a forma de ataques à alegação de Prebisch, baseada em dados estatísticos, de ocorrer constante deterioração dos termos de troca dos países agrícolas. Três críticas principais foram apresentadas. Na primeira delas se mostrou que, em períodos diferentes do analisado por Prebisch (1870 - 1945), a deterioração dos termos de troca não ocorria. Alegou-se, em segundo lugar que, enquanto a qualidade dos bens agrícolas era constante, a dos industriais melhorava sistematicamente. Como terceiro argumento, se mostrou que as estatísticas inglesas, utilizadas por Prebisch, eram inadequadas. Os preços dos produtos agrícolas importados pela Inglaterra caíam, sem dúvida, gradualmente em relação ao dos produtos manufaturados. Isso se devia, no entanto, à redução do custo dos transportes. O pagamento aos agricultores continuava o mesmo, inexistindo, assim, qualquer prejuízo para eles.

Em função dessas objeções a teoria de Prebisch foi abandonada. Na verdade, porém, ela jamais foi refutada. Para tanto seus críticos deveriam ter comprovado que os termos de troca dos países agrícolas melhoravam constantemente e em ritmo igual ao da elevação da produtividade industrial relativamente à agrícola. Ora, isso nunca foi feito e nem sequer tentado. E, segundo Singer, qualquer tentativa nesse sentido teria fracassado porque, se os termos de troca houvessem se comportado dessa maneira, não existiriam países subdesenvolvidos.

A rejeição total de medidas protecionistas era, contudo, inadmissível, seja porque outras teorias como de List, Manoilescu e Emmanuel (Magalhães 2005) o justificavam, seja porque era inegável o fato de que, sem protecionismo, a Alemanha e Estados Unidos jamais se teriam industrializado. Diante disso, a “mainstream economics” passou a defender a tese de que o protecionismo era apenas um “second best” relativamente ao ataque direto ao “custo-país” dos subdesenvolvidos. Estamos, no caso, diante da substituição de paradigmas, que justificam o protecionismo, pela visão neoclássica da divisão internacional do trabalho com base nas vantagens comparativas. O objetivo de eliminar o custo-país era somente afastar os obstáculos que estariam impedindo os países atrasados de crescerem com base nos



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

setores em que têm vantagens naturais. Ou seja, setores de “commodities” agrícolas e industriais.

O custo-país decorre, por exemplo, de infra-estrutura inadequada e ineficiente (rodovias, ferrovias, portos e produção de energia), de sistema financeiro primitivo (bancos e mercado de capitais), de ensino de baixa qualidade em todos os níveis, de pesquisa tecnológica carente de recursos, de sistema judiciário moroso e assim por diante. Corrigidos esses defeitos, o país se tornaria internacionalmente competitivo nos setores em que goza de vantagens comparativas naturais, ingressando na trilha do pleno desenvolvimento. O protecionismo era desnecessário e devia ser substituído pelo “first best” representado pela eliminação do custo-país.

Acontece que o custo-país, definido nos termos da visão neoclássica, se acha na própria essência do subdesenvolvimento. Para corrigi-lo são necessários investimentos acima da capacidade das economias retardatárias. Ficamos assim, diante do seguinte paradoxo: para se desenvolver é necessário eliminar o custo-país; para tanto, devem ser feitos grandes investimentos, investimentos somente possíveis em países já desenvolvidos. Ou seja, a fórmula neoclássica está dizendo, em última análise, que para se desenvolver um país tem de já ser desenvolvido.

A tese de que o protecionismo é um “second best”, largamente aceita pelos governos da América Latina, constitui assim outra manifestação da barreira ideológica. Ou seja, política econômica baseada na eliminação do custo-país constitui a melhor forma de perpetuar o subdesenvolvimento e, portanto, o próprio custo-país.

MARGINALIZAÇÃO DE PARADIMAS AJUSTADOS À REALIDADE DOS SUBDESENVOLVIDOS

Nas linhas abaixo examinaremos dois casos de abandono de paradigmas ajustados à realidade dos subdesenvolvidos, ambos gerados pela Economia do Desenvolvimento, e um



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ

E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

caso de marginalização de teorias de autoria de economistas brasileiros e, amplamente confirmadas pelos bons resultados de política econômica baseada em suas propostas.

Primeiro exemplo de abandono de paradigmas ajustados à realidade dos subdesenvolvidos se acha em não se levar em conta a contribuição de Arthur Lewis para análise do crescimento retardatário. Contribuição que lhe proporcionou o prêmio Nobel de 1983. Para Lewis existe, nos subdesenvolvidos, oferta ilimitada de mão-de-obra. Uma das manifestações desse estado de coisas é a ocorrência do chamado desemprego disfarçado. Assim, numa família de agricultores, os filhos são automaticamente incorporados à atividade produtiva, sem que isso resulte em qualquer aumento nos resultados obtidos. Em tal contexto, se esses novos trabalhadores forem transferidos para outras atividades não haveria qualquer declínio na produção agrícola. E o desemprego disfarçado que, segundo Lewis, constitui situação absolutamente generalizada em economias subdesenvolvidas. Esse simples fato coloca em questão a tese do funcionamento adequado do mecanismo de preços nas economias retardatárias. Tese na qual se funda, em última análise, o argumento neoliberal em favor da total abstenção do Estado na economia. Exemplo simples ilustrará o problema.

Suponhamos que se considere a possibilidade da transferência dos trabalhadores em situação de desemprego disfarçado para uma atividade industrial. Com isso eles passariam a receber salário. O custo total do bem que se planeja produzir é de 100, correspondendo 30 aos salários e 70 aos demais insumos, sendo o valor de mercado do bem igual a 80. O que levaria à conclusão que, em condições de livre funcionamento do mecanismo de preços, a produção do bem seria considerada anti-econômica.

Existe aqui o problema da diferença entre custo real e custo de oportunidade. O primeiro é dado pelo valor total dos insumos incorporados ao produto. O custo de oportunidade é dado pelo valor do bem A que se deixa de produzir para se obter o bem B. No exemplo acima o custo de oportunidade da mão-de-obra é zero porque sua transferência para outro setor em nada reduz a produção agrícola. Ou seja, o livre funcionamento do mecanismo do mercado



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

estaria impedindo um ganho para o país, consistente em ter um bem novo sem qualquer redução dos já produzidos.

Esse é apenas um exemplo. O importante é assinalar que o aprofundamento de uma das teses básicas da Economia do Desenvolvimento teria colocado em dúvida a premissa neoclássica do eficiente funcionamento do mercado nas economias retardatárias. Premissa que comandou políticas econômicas na América Latina durante vinte e cinco anos de semi-estagnação.

Na “mainstream economics” o custo de oportunidade como instrumental analítico foi geralmente aceito na teoria do comércio internacional. Nesse contexto a experiência da industrialização brasileira ajudará a compreender o prejuízo potencial do país em consequência da manifestação da barreira ideológica consistente em ignorar as contribuições da Economia do Desenvolvimento.

Quando, após a Segunda Guerra Mundial, se acelerou a industrialização do Brasil economistas estribados no enfoque neoclássico, levando em conta o custo real dos produtos do setor, muito acima do preço das manufaturas importadas, declararam a industrialização economicamente indesejável. Isso porque se estaria trocando atividade em que o país era eficiente, a agricultura, por outra de baixa eficiência, a indústria.

Ora, a indústria brasileira cresceu e se consolidou sem qualquer perda para o segmento rural. Isso porque, no que se refere à mão-de-obra, ela se valeu do estoque ocioso existente, representado pelo desemprego disfarçado do setor rural. Quanto ao capital, conforme se verificaria logo após, a capacidade de poupança do país correspondia a 25% do PIB e a atividade agrícola não era capaz de absorver mais que 17%. Existiam assim, oito pontos percentuais de capital potencial ocioso, que foi aproveitado no investimento industrial. Donde se poder afirmar que o custo de oportunidade do produto industrial brasileiro era de zero.

Ou seja, aceitando-se a visão neoclássica do funcionamento ótimo do mercado, o que excluía a consideração do custo de oportunidade, o Brasil continuaria a ser, até hoje, país exclusivamente agrícola, com PIB substancialmente inferior ao presente. Em sentido oposto,



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

a teorização de Lewis, devidamente aprofundada, teria dado apoio à contribuição de Prebisch justificando eventuais medidas protecionistas. Na prática, o que sucedeu foi uma industrialização sem qualquer protecionismo significativo, e tornada precariamente possível pela escassez cambial, determinada pelas seqüelas da Grande Depressão dos anos trinta e pelas restrições à importação, decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

Aliás, a esse respeito, há interessante observação de Celso Furtado. Segundo ele, diante da forte queda dos preços do café nos 1930s, o Governo brasileiro para preservar o poder aquisitivo do agricultor, desvalorizou a moeda nacional. Como, no entanto, inexistiam divisas para importar manufaturas, o agricultor viu-se obrigado a recorrer à débil indústria local, que entrou em processo de rápido crescimento.

Um segundo caso de abandono de paradigmas favoráveis aos subdesenvolvidos consistiu em se deixar de lado recente e importante conclusão da Nova Economia do Desenvolvimento. De acordo com ela, e contrariamente ao suposto pela “mainstream economics”, a elevação da poupança é, nos subdesenvolvidos, efeito e não causa da aceleração do crescimento econômico. Fato claramente demonstrado na experiência dos países asiáticos, registrada no relatório “East Asian Miracle” do Banco Mundial. Nos países daquela região, não foi o prévio aumento das poupanças que acelerou o crescimento, mas a aceleração deste, que elevou as poupanças. Com base nesse fato, foi inclusive proposto novo paradigma para formulação e avaliação de políticas de desenvolvimento (Magalhães, 2005). Segundo este, é a disponibilidade de mercado de dinamismo e dimensões adequados e não o volume de poupanças, que condiciona o sucesso das políticas de desenvolvimento.

O raciocínio é, resumidamente, o seguinte. Diante da experiência asiática da aceleração do crescimento preceder o aumento de poupanças, os comentaristas dessa situação passaram a afirmar que, diante de oportunidades de investimento ou de desenvolvimento, as poupanças se elevavam espontaneamente. Ora, tais oportunidades podem ser interpretadas como sinalização da existência de mercado. Passando este, dessa forma, a ser a condicionante básica do sucesso das políticas de desenvolvimento.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Aliás, essa valorização do mercado relativamente à disponibilidade de capital não chega a ser novidade. Nos anos 50 e 60 do século passado, quando eram valorizadas as políticas de eliminação do atraso econômico, a reivindicação dos subdesenvolvidos era “trade not aid”. Confirmando o papel básico do mercado, e não do capital estrangeiro, nas políticas de desenvolvimento.

A desconsideração do fato de que as poupanças se elevam endogenamente, em função de política adequada de desenvolvimento, determinou indevida valorização do capital estrangeiro nos programas de desenvolvimento. Segundo a visão neoliberal, países subdesenvolvidos serão bem sucedidos na medida em que consigam, ou não, atrair parcela significativa da poupança internacional. O que os coloca à mercê dos ditames dos países ricos e organismos internacionais patrocinadores do neoliberalismo. Quem colocou bem o problema foi a UNCTAD no seu relatório de 2006 ao indagar: “Se as poupanças são entendidas como resultado do desenvolvimento, e não sua pré-condição, a abertura à entrada do capital estrangeiro (é) condição necessária à eliminação do atraso econômico?” (pg 144). Fato que seria óbvio caso se levasse em conta a relação entre poupança e crescimento recentemente identificada pela Economia do Desenvolvimento.

Para concluir, não seria demais lembrar que a valorização do fornecimento de capital, relativamente à abertura de mercados, atende ao interesse dos desenvolvidos. Estes transferem capital para os subdesenvolvidos a fim de aumentar seus lucros. Em sentido oposto, a abertura de mercado traz o risco de desinvestimentos, ou da perda futura de oportunidades de investimento.

Exemplo de marginalização de paradigmas econômicos favoráveis aos subdesenvolvidos se acha no debate brasileiro em torno da independência do Banco Central. No caso em espécie, a marginalização foi da teoria heterodoxa da inflação, proposta por economistas brasileiros e cuja correção foi confirmada pelo Plano Real que arrancou o país da hiper-inflação (Magalhães 2005). A teoria heterodoxa tem como um de seus corolários a tese de que, nos países subdesenvolvidos, o aumento da moeda é efeito e não causa da inflação. A



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

verdadeira causa é a disputa dos agentes econômicos em torno do PIB. Como o somatório de suas reivindicações supera o valor do PIB, surge disputa, levada adiante em termos de constantes e sucessivos, aumentos de salários, preços e outras remunerações dos agentes. Diante disso, o Governo se vê forçado a elevar as disponibilidades monetárias para evitar grave crise de liquidez. Ou seja, não é o aumento da moeda que causa o surto inflacionário, mas este, que obriga o Governo a aumentar a oferta de moeda. Em função desse fato, deixa de ter sentido a independência do Banco Central nos subdesenvolvidos.

Isso porque, o objetivo básico da independência do Banco Central é torná-lo responsável pela estabilidade de preços, sem que sua ação seja comprometida por pressões políticas. E o instrumento básico à sua disposição é o controle da quantidade de moeda. Ora, se nos subdesenvolvidos o aumento da moeda é efeito e não causa de inflação, que sentido tem neles a independência do Banco Central?

Em suma, a marginalização da teoria heterodoxa da inflação fortaleceu a posição dos defensores da independência do Banco Central que, se efetivada, privaria o país de instrumento potencialmente importante nas políticas de desenvolvimento.

APLICAÇÃO À SUBDESENVOLVIDOS DE PARADIGMAS OU POLÍTICAS ECONÔMICAS INCOMPATÍVEIS COM SUA REALIDADE

Uma última manifestação da barreira ideológica consiste na utilização indevida de paradigmas oriundos de países desenvolvidos e desajustados da realidade econômica dos subdesenvolvidos, ou a implementação neles de políticas econômicas válidas apenas para os desenvolvidos. O que se explica pelo fato de a visão neoclássica sustentar que não existe diferença entre o crescimento retardatário e o historicamente observado nas atuais economias maduras. No primeiro caso, temos a aplicação aos subdesenvolvidos da teoria das expectativas racionais e, no segundo, o uso de política monetária que paralisou o desenvolvimento brasileiro.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

A teoria das expectativas racionais afirma que os agentes econômicos, em suas tomadas de decisão, levam em conta todas as informações disponíveis. Selecionamos esse caso para exame porque a teoria das expectativas racionais ocupa hoje papel fundamental na “mainstream economics”. Situação confirmada pelo fato de Edmund Phelps ter recebido o Prêmio Nobel de 2006, entre outros motivos, por sua contribuição para ela.

As análises que deram origem a essa teoria tiveram como ponto de partida as discussões em torno da chamada curva de Phillips³. Esse economista inglês baseado em estatísticas de seu país, concluíra que o nível de desemprego observado em condições não recessivas (isto é, o nível natural de desemprego) poderia ser reduzido através de medidas destinadas a elevar a demanda global, medidas cuja conseqüência era um surto inflacionário, o que transformava a inflação em instrumento positivo de política econômica.

Phelps e Friedman alegaram que o ganho logo desapareceria, dado que os sindicatos, e empresas elevariam preços e salários fazendo com que a demanda global, em termos reais, voltasse ao nível anterior, com o conseqüente retorno do desemprego ao seu nível natural. Onde ser estritamente de curto prazo a eficácia da espiral de preços na redução do desemprego. A teoria das expectativas racionais deu mais um passo no sentido de comprovar a ineficácia do surto inflacionário. Segundo ela os sindicatos e empresas, ao tomarem prévio conhecimento das políticas oficiais de aumento da demanda global, elevam imediatamente preços e salários, impedindo qualquer aumento da demanda global em termos reais. Com isso o desemprego não sairia do seu nível natural. Ou seja, a inflação não teria impacto positivo nem sequer no curto prazo.

A teoria das expectativas racionais deixou de considerar o fato de que não basta os agentes econômicos tomarem prévio conhecimento de medidas econômicas que afetam seus interesses. É necessário que disponham de poder de negociação para conseguirem medidas capazes de evitar o prejuízo delas decorrente. O que nem sempre acontece em países subdesenvolvidos. Ilustra bem esse fato o debate e a experiência brasileira sobre os efeitos

³ A explicação dos debates em torno da curva de Phillips apresentada no presente texto é extremamente simplificada. Análise mais completa se acha em Magalhães (1996)



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

da inflação. Nesse caso, a discussão não foi sobre seu impacto no emprego, mas sobre o volume global de poupança.

Os defensores de políticas desenvolvimentistas alegavam ter a inflação o efeito positivo de criar poupança forçada monetária. Isso porque os preços se elevam continuamente e os salários só são reajustados anualmente, ampliando-se a margem de lucros das empresas. Como os titulares de lucros poupam mais que os assalariados, aumenta a percentagem global de poupanças sobre o PIB. Esse suplemento é a chamada poupança forçada monetária. Alegaram os ortodoxos, a exemplo do ocorrido nos debates sobre a curva de Philips, que o ganho era estritamente provisório porque os salários seriam, logo após, reajustados, compensando as perdas decorrentes da inflação. Aplicando-se ao caso a teoria das expectativas racionais, nem mesmo esse ganho provisório, em termos de poupança, existiria. Tomando conhecimento de suas perdas, os sindicatos passariam a exigir medidas como escala móvel de salários que, ao evitar as perdas dos trabalhadores, neutralizariam, de imediato, o mecanismo gerador de poupanças forçadas monetárias. Alegação perfeitamente válida no caso de aplicabilidade ao país da teoria das expectativas racionais.

É possível, todavia, demonstrar, em sentido oposto, que em economias retardatárias, como a brasileira, a superabundância de mão-de-obra reduz o poder de negociação dos sindicatos, impedindo-os de obter medidas defensivas do tipo escala móvel de salários. A tese da incapacidade dos sindicatos de utilizarem as informações decorrentes de suas expectativas racionais foi, de fato, plenamente confirmada pela experiência brasileira. Apesar de cerca de trinta anos de inflação anual média de 20%, os trabalhadores jamais conseguiram impor escala móvel de salários, ou qualquer outra medida capaz de defender seu poder aquisitivo. No período hiper-inflacionário, os preços se elevavam a 40% ao mês e, ainda assim, a revisão salarial só ocorria a cada trinta dias e basicamente por decisão governamental.

Presentemente, ninguém defende no Brasil o uso da inflação como forma de aumentar poupanças seja pelo seu aspecto social negativo (baixa dos salários reais), seja pelas distorções que provoca na economia. A aceitação da plena validade das expectativas



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

racionais em países subdesenvolvidos poderia, contudo, ter levado a outro erro de extrema gravidade, em termos de política econômica. O que só não aconteceu no Brasil porque a teoria heterodoxa da inflação, criada com base na experiência brasileira, e ignorando totalmente a tese das expectativas racionais, foi utilizada no programa de estabilização monetária do país. Explicitemos esse ponto.

Como os sindicatos não têm capacidade de se defender eficazmente contra a inflação as políticas de estabilização monetária nos subdesenvolvidos devem ter características especiais. Exemplifiquemos com dados brasileiros. Numa inflação anual de 20%, um salário real de 1000 unidades monetárias declina, até novo reajustamento, (realizado a cada doze meses) para 800, com a média, portanto, de 900. Em políticas ortodoxas de controle da inflação, tal fato não é considerado. O crescimento excessivo da moeda é corrigido por medidas convencionais e os preços se estabilizam. Ao chegar o momento de novo reajustamento de salários, estes são elevados, de acordo com a norma geralmente aceita, de forma a compensar a inflação passada. Ou seja, voltarão ao nível de 1000 em termos reais. Com, portanto, a elevação de 100, em relação ao nível médio anterior. Como os preços foram estabilizados, ele permanece indefinidamente nesse nível. Em consequência disso, a poupança forçada monetária desaparece reduzindo-se a poupança global do país. Embora se rejeite a inflação como instrumento de política econômica é discutível a adoção de medidas de estabilização monetária que diminuam a taxa global de poupança. Que é o que acontece no caso da política ortodoxa de estabilização monetária.

No Brasil essa perda foi evitada pelo Plano Real, que terminou com a hiper inflação brasileira da primeira metade dos anos 1990s. Plano baseado na teoria heterodoxa que considera a inflação resultado da disputa em torno do PIB, decorrente de reivindicações dos agentes econômicos que, somadas, superavam o PIB. A inflação foi controlada colocando-se a remuneração de todos agentes no seu nível real médio entre dois reajustamentos sucessivos. Como o somatório das remunerações reais médias é, por definição, igual ao PIB, os preços se estabilizaram. Isso significa, no exemplo acima, colocar salários em 900. Com



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

isso, a poupança forçada transforma-se em voluntária (no sentido de que não proporcionada pela inflação) evitando-se perda de poupança, inevitável na política ortodoxa de estabilização monetária baseada na suposta validade das expectativas racionais em países subdesenvolvidos.

A aceitação, todavia, da tese neoclássica de não haver diferença entre o crescimento retardatário e o historicamente observado nos atuais países desenvolvidos, com o corolário de que as políticas econômicas têm validade geral, resultou em sério prejuízo para o Brasil. Prejuízo causado em última análise, pela aplicação no país de política de estabilização monetária desajustada de sua realidade.

Baseado nessa concepção, o Governo brasileiro se dispôs a usar no país o instrumento de controle de preços, bem sucedido nos Estados Unidos, a saber, a elevação da taxa de juros. Como consequência disso e também do receio da volta à hiper-inflação, o Brasil registra hoje a mais elevada taxa de juros do mundo. O que é unanimemente reconhecido como causa principal do lento crescimento da economia brasileira, pelo menos nos últimos quinze anos.

É, em última análise a barreira ideológica que, ao gerar a convicção da validade geral de paradigmas e políticas econômicas, impede os responsáveis pela política econômica brasileira de levarem em conta o relatório de 2006 da UNCTAD, segundo o qual a inflação pode ser controlada através de política de rendimentos e ação direta sobre os preços, mantendo-se baixa a taxa de juros. A UNCTAD aponta, nesse sentido, a experiência da Argentina, China e outros países asiáticos, todos com elevadas taxas de incremento do PIB. Ou seria necessário lembrar que a hiper-inflação brasileira foi fundamentalmente controlada através de política de rendimentos, consistente na colocação dos ganhos dos agentes econômicos nos seus níveis reais médios?

Em suma, o Brasil colocou sua economia em semi-estagnação crônica ao utilizar política de estabilização de preços não só desajustada de sua realidade, como desnecessária diante da existência de alternativa de comprovada eficácia. Situação somente explicável pela influência da barreira ideológica.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA: O NÚCLEO DE PENSAMENTO CRÍTICO

A capacidade para gerar paradigmas científicos em Economia, e em ciências sociais em geral, depende da criação do que chamaremos de Núcleo de Pensamento Crítico. Essa nomenclatura especial é utilizada para sublinhar o fato de se estar propondo alguma coisa diferente de tudo que existe nos centros de pesquisa econômica e social existentes na América Latina. Estes centros, muitos dos quais de alto nível, são essencialmente aplicadores e não geradores de ciência.

Apenas a criação de Núcleo de Pensamento Crítico evitará a repetição do erro de se adotar, voluntariamente, comportamento cujo resultado foram 25 anos de semi-estagnação econômica na região, com os inevitáveis resultados de desemprego, subemprego, informalização da economia, degradação dos sistemas de educação e saúde, urbanização caótica, sucateamento da infra-estrutura e criminalidade fora de controle.

O objetivo do núcleo de Pensamento Crítico é criar paradigmas e, portanto, definir políticas econômicas, ajustadas à realidade e aos interesses dos países subdesenvolvidos. Ponto importante a ser sublinhado é que o trabalho do Núcleo deve ser levado adiante através do que Lakatos denominou de “scientific research programs” voltados para identificação das características específicas do crescimento retardatário com base em cujas conclusões serão definidas as políticas econômicas pertinentes. O programa científico de pesquisa se desenvolve através de permanente formulação, reformulação e discussão das conclusões a que chegou e do confronto dos resultados obtidos com as propostas e contribuições de programas de pesquisa alternativos. No caso dos Núcleos de Pensamento Crítico, a serem criados, os confrontos inevitáveis serão com o programa científico de pesquisa neoclássico e sua doutrina neoliberal.

É igualmente importante sublinhar que não bastam contribuições isoladas, como as do protecionismo de Prebisch e da teoria heterodoxa da inflação. A teoria protecionista de Prebisch foi sucateada por não se achar inserida em fluxo permanente de estudos, no âmbito



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

do qual seriam demonstradas as insuficiências das críticas oferecidas e corrigidas eventuais deficiências da formulação original. No caso da teoria heterodoxa da inflação, houve um momento em que os efeitos, fortemente negativos da hiper-inflação brasileira, geraram condições para se levar adiante, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, verdadeiro programa científico de pesquisa. Cessado esse estímulo, com a estabilização de preços baseada na política definida no programa, a equipe de especialistas se dissolveu, com o total abandono das pesquisas sobre o tema, sendo esse o motivo pelo qual, nos debates sobre a independência do Banco Central, os corolários da teoria heterodoxa da inflação não foram considerados.

O Núcleo de Pensamento Crítico na América Latina deverá reunir economistas do mais alto nível disponível na região, com capacidade ou vocação para formulações teóricas. A eles deveriam ser agregados especialistas estrangeiros com contribuições significativas para a Economia do Desenvolvimento. E como dificilmente se conseguiria na América Latina contribuições financeiras voluntárias suficientes para a montagem dos Núcleos, pelo menos na primeira fase, os Governos deveriam arcar com os custos da entidade.

Se é claramente indispensável a criação de Núcleo de Pensamento Crítico, capaz de romper com o pensamento único e as políticas econômicas nocivas por este patrocinadas, nem por isso a iniciativa deixa de enfrentar sérias resistências. Decorrem estas seja da inadequada percepção das conseqüências negativas do pensamento único, seja da resistência dos interessados na continuidade da situação presente. Caso exemplar é o do Consenso de Washington Ampliado.

Após o total fracasso do receituário do Consenso de Washington, tanto no Brasil como em toda a América Latina, era de se esperar o reconhecimento da urgente necessidade de encontrar caminho alternativo. Não é isso que vem acontecendo. Solidamente apoiados pelos beneficiários da situação presente e por entidades como o Banco Mundial, em relatório de 2002, os defensores do neoliberalismo tentam conceder sobrevida ao seu receituário, através do chamado Consenso de Washington Ampliado.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Segundo este, as propostas iniciais do Consenso permanecem válidas dado que os maus resultados obtidos devem-se, exclusivamente, ao fato de não existirem, nas economias retardatárias, as instituições requeridas para o sucesso das políticas de desenvolvimento. Instituições estas, definidas como regras do jogo econômico. São citadas como deficientes, entre outras, as legislações garantidoras do direito de propriedade e reguladoras de falência, das relações trabalhistas, do mercado de capital e do sistema jurisdicional. Corrigidas tais deficiências, a receita neoliberal se tornaria perfeitamente adequada ao objetivo de colocar os subdesenvolvidos na trilha do crescimento acelerado.

A simples experiência passada brasileira é suficiente para demonstrar a total carência de fundamento dessa colocação. No período que se estendeu da Segunda Guerra Mundial a 1980, o Brasil registrou uma das mais elevadas taxas de crescimento do mundo. O que, segundo o Consenso de Washington Ampliado, só poderia ter acontecido na existência de estrutura institucional perfeitamente adequada ao processo dinâmico. Como então explicar o colapso do desenvolvimento brasileiro após 1980? Teria ocorrido no país súbito e gravíssimo colapso institucional? Nada nesse sentido pode ser identificado. Pelo contrário, as instituições que viabilizaram o crescimento acelerado no período anterior, não só permaneceram intocáveis como foram constantemente aperfeiçoadas nos anos seguintes.

Ou seja, existem importantes resistências, como a acima considerada, a serem vencidos para a criação do Núcleo de Pensamento Crítico. O que sublinha a necessidade de ampla tomada de consciência da gravidade da situação latino-americana e da vital importância das medidas destinadas a evitar que ela se prolongue, com o risco de levar a região à beira de gravíssima crise política, social e econômica.

Questão final deve ser esclarecida com respeito ao Núcleo de Pensamento Crítico. Todos os países da América Latina tiveram maus resultados em suas economias por terem aceitado as recomendações do Consenso de Washington e os países asiáticos obtiveram resultados altamente favoráveis por as terem ignorado. A pergunta óbvia, e extremamente



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

relevante é, então, a seguinte: porque os primeiros aceitaram e os segundos rejeitaram o Consenso de Washington?

Pode-se sem dúvida, observar que o Consenso tinha em vista fundamentalmente a América Latina. Tal não é, todavia, explicação satisfatória dado que as regras propostas eram tidas como válidas para todos os países subdesenvolvidos e dentro desse espírito foram, ativamente patrocinadas pelos organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. A verdadeira explicação se acha na existência do que chamaríamos de “padrões miméticos”. Estes se revelaram capazes de neutralizar (caso dos países asiáticos) ou contrariamente reforçar (caso da América Latina), os efeitos da importação de paradigmas científicos.

Países subdesenvolvidos não criam paradigmas econômicos ajustados a sua realidade. Tendem, assim, a copiar os casos de sucesso de que têm conhecimento. Estes passam a ser seus padrões miméticos, ou o modelo pelo qual pautam suas políticas econômicas. Padrões miméticos dos subdesenvolvidos são sempre países de evolução histórica similar, traços culturais assemelhados e proximidade geográfica. Ou seja, no caso dos asiáticos o padrão mimético foi o Japão. Este, até meados do século XIX era, não apenas país subdesenvolvido, como sociedade medieval. Seu sucesso econômico se deveu, assim, à firme ação do Estado, patrocinando a absorção de tecnologia moderna, criando empresas posteriormente transferidas à iniciativa privada, copiando as instituições do capitalismo ocidental, elevando os níveis educacionais da população, criando infra-estrutura moderna e assim por diante. Ou seja, fazendo exatamente o necessário a nações desejosas de eliminar seu atraso econômico.

O padrão mimético da América Latina foram os Estados Unidos. Esse país nunca foi subdesenvolvido. Apenas sua industrialização, como também a da Alemanha, começou com algumas poucas décadas de atraso em relação à inglesa. Pôde, assim, atingir os elevados padrões de vida das economias maduras com base na iniciativa privada e nos mecanismos de mercado. O único instrumento de política econômica utilizado foi o protecionismo, cuja ação positiva a literatura especializada tenta hoje desvalorizar.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Em suma, os países asiáticos rejeitaram, com o Consenso de Washington, o neoliberalismo porque este ia de encontro a tudo que conheciam da experiência japonesa. Os latino-americanos o aceitaram, sem restrições, por considerarem que traduzia as regras determinantes do sucesso americano. Assim sendo, diferentemente do que acontece com os países asiáticos, a proposta da criação de instrumento capaz de gerar paradigmas científicos em Economia, é fundamental para os países da América Latina e não para os países asiáticos.

A definição das características, estrutura e forma de financiamento dos Núcleos de Pensamento Crítico, vai além dos limites do presente texto. Uma vez aceita a necessidade de sua criação, terá chegado o momento de decidir sobre esses pontos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise acima mostrou as relações assimétricas da América Latina com os países desenvolvidos. Seria, no entanto, grave erro interpretar o problema em termos de conspiração internacional contra a região.

O que acontece é estarem os países ricos pura e simplesmente defendendo seus interesses através de argumentos baseados em paradigmas, incorporando o que de melhor existe em Economia. Renunciaram, portanto, a como no passado, lançar mão de pressões inaceitáveis do tipo econômico, político e até militar. O instrumento hoje utilizado é a barreira ideológica. Cabe assim aos subdesenvolvidos, em vez de denúncias e protestos inócuos, agir diretamente no sentido de romper essa barreira, com base em paradigmas científicos de alto nível, gerados em núcleos de pensamento crítico conforme acima descritos.

Surgiu recentemente no Brasil, entre os opositores do neoliberalismo, a tese de que a barreira ideológica é reforçada por nova modalidade de “brain drain”. Os melhores alunos de Economia saídos das universidades locais recebem bolsas de estudo para aperfeiçoar seus conhecimentos nos centros de ensino do Primeiro Mundo, onde recebem treinamento em



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

ciência econômica gerada com base na realidade (e freqüentemente nos interesses) dos países desenvolvidos e são, igualmente, convencidos que a Economia, como qualquer outra ciência, tem igual validade em toda parte do mundo. É fácil compreender que esse tipo de “brain drain” reforça, significativamente, a barreira ideológica sendo, dessa maneira, mais grave que a simples fuga para o exterior de pessoal altamente qualificado.

A maneira de contornar o problema não é, certamente, através de medidas obscurantistas, como acabar com bolsas de estudo para universidades estrangeiras e/ou não aceitar a validade de seus diplomas. A solução correta é fazer com que os titulares desses diplomas, ao voltarem a seus países, sejam confrontados por paradigmas, de nível não inferior aos aprendidos no exterior, gerados em núcleos de pensamento crítico, e baseados na realidade e interesses dos subdesenvolvidos.

Convém, finalmente, lembrar que os países desenvolvidos mantêm formalmente seu apoio ao desenvolvimento econômico em escala planetária. Diante do insucesso do Consenso de Washington, e da frieza com que foi recebido o Consenso de Washington Ampliado, novas propostas são constantemente apresentadas. Esse é o caso do Monterrey Consensus de 2002 e do Millenium Project de 2005 das Nações Unidas (também conhecido como Schs Report) que oferecem propostas e sugestões para eliminar o subdesenvolvimento. Essas propostas se acham, todavia, conforme assinala o relatório da UNCTAD de 2006, muito aquém do realmente necessário.

Ou seja, enquanto os próprios países subdesenvolvidos não apresentarem sugestões, justificadas por paradigmas, geradas em seus núcleos de pensamento crítico, jamais o quadro negativo gerado pela barreira ideológica será modificado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Mundial (1993) *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*, Oxford University Press, New York

(2002) *World Development Report - Building Intitutions for Markets*, Banco Mundial e University of Oxford Press, Washington



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro
Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106
CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

(2001) World Development Report Attacking Poverty Oxford University Press Washington

Chang H.J. (2002) Kicking Away the Ladder, Anthem Press, Londres

Furtado, C. (1959), A Formação Econômica do Brasil, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro

Kuhn, T S (1970) The Structure of Scientific Revolutions, Chicago University Press, Chicago

Lakatos, I. (1989) Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes em Lakatos, I. e Musgrave, A, (orgs) Criticism and the Growth of Knowledge Cambridge University Press, Cambridge

Lewis ,W. A. (1958) Economic Development with Unlimited Supply of Labour em A. N. Agarwala e S. P. Singh The Economics of Underdevelopment, Oxford University Press, Glasgow

List, F. (1954) The National System of Political Economy em Newman, P.C. e outros (orgs) Source Readings in Economic Thought, W. Norton, New York

Magalhães J.P. (1996), Paradigmas Econômicos e Desenvolvimento, EdUERJ e UFRJ, Rio de Janeiro.

(2005) Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil, Paz e Terra, Rio de Janeiro

Prebisch R. (1949), O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas, Revista Brasileira de Economia, set

Singer H.W. (1961), The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries em B. Okun e R.W. Richardson (orgs) Studies in Economic Development, Holt, Rinehart e Winston, New York

UNCTAD (2006) Trade and Development Report, Nações Unidas, Genebra



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP: 20054-900 - Rio de Janeiro - RJ

E-mail.: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

(2006) Trade and Development Report-Overview, Nações Unidas , Genebra

*Doutor em Ciências Econômicas (doutorado de estado) pela Universidade de Paris I

Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Presidente do Centro de Estudos para o Desenvolvimento – CED, Rio de Janeiro